

2 EMPREGO E RENDA

Ao longo do segundo semestre de 2005, até outubro, o mercado de trabalho sofreu clara desaceleração no ritmo de criação de vagas, segundo a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, com um desempenho inferior ao registrado no mesmo período de 2004. Entretanto, embora com menor número de novas ocupações, estas têm sido de maior qualidade, dado o crescimento de empregos com carteira em velocidade superior à dos sem carteira em quase todo ano de 2005.

A taxa de desemprego, que havia mostrado ao longo do primeiro semestre de 2005 uma redução mais rápida do que no mesmo período dos anos anteriores, vem se mantendo praticamente estável há cinco meses, o que, em termos dessazonalizados, equivale a um ligeiro aumento na margem.

Por sua vez, os rendimentos reais habitualmente recebidos — após um período de evolução positiva em sua recomposição que fizeram com que atingissem em agosto a maior variação anual já registrada na nova PME — voltaram a sofrer queda em setembro e outubro, em relação a 2004, reduzindo a possibilidade de se ter um aumento mais robusto desse indicador em 2005.

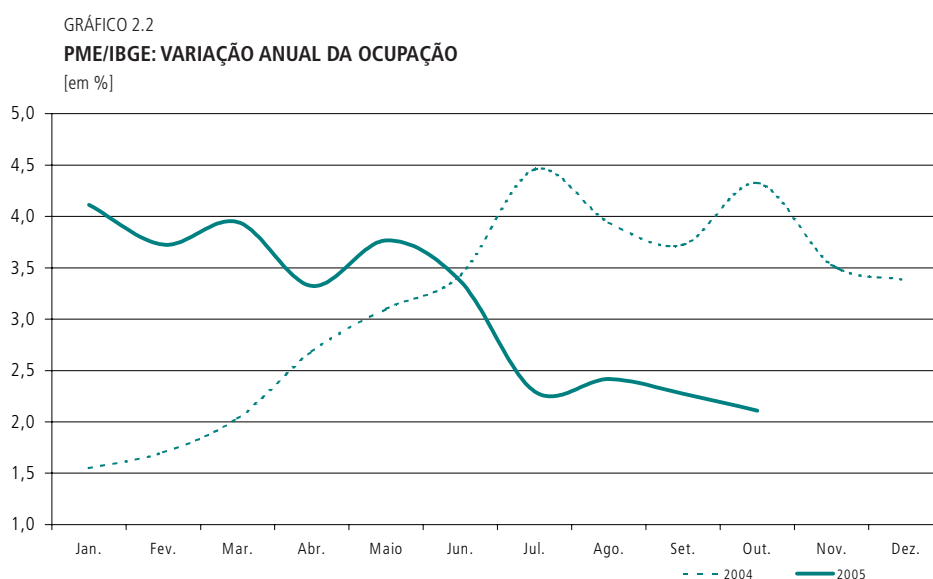
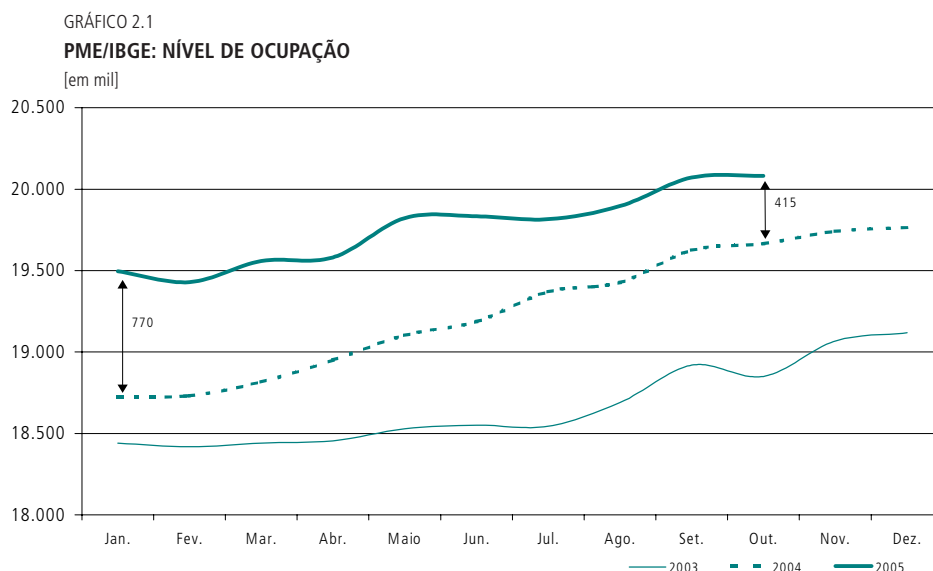
OCUPAÇÃO

A desaceleração na criação de novas vagas, no acumulado em 12 meses por três meses consecutivos, reflete a relativa perda de dinamismo da atividade econômica no período mais recente. Mesmo que a criação de 175 mil vagas em setembro seja um volume mensal expressivo, ela não foi suficiente para ultrapassar o registro de setembro de 2004, que foi de 198 mil novos postos de trabalho. Somado a isso, em outubro, quando não houve praticamente qualquer evolução positiva digna de registro nos indicadores agregados do mercado de trabalho, foram criados menos de 10 mil empregos, sendo mais uma variação abaixo da ocorrida no mesmo mês de 2004 (41 mil).

Com o fraco desempenho recente na criação de novas vagas, principalmente nos meses de junho, julho e outubro, as curvas anuais da evolução da ocupação de 2004 e 2005 se aproximaram bastante (Gráfico 2.1), fazendo com que o diferencial de ocupação entre elas mostrasse queda por três meses consecutivos — de 469 mil ocupações em agosto para 415 mil pessoas em outubro, sendo este quase a metade do número registrado no mesmo mês do ano anterior (815 mil).

Além de ser o quarto mês seguido que a ocupação cresce abaixo de 3%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a variação de 2,1% em outubro é a menor desde março de 2004 (2%).

O Gráfico 2.2 mostra, claramente, a curva de variação percentual anual do emprego em 2005 com uma tendência de desaceleração em seu crescimento, em contraste com o



ocorrido em 2004, quando aconteceu exatamente o contrário, inclusive com aceleração ininterrupta da ocupação de janeiro a julho. Tal arrefecimento na velocidade de crescimento da ocupação é novamente comprovado quando se compara o número acumulado de vagas criadas de janeiro a outubro de 2005 (317 mil) com o que ocorreu no mesmo período de 2004 (548 mil, número 73,1% superior).

Utilizando-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para a região metropolitana de São Paulo, percebe-se um quadro semelhante ao da PME: em outubro, praticamente não houve crescimento da ocupação (0,1% ante setembro), resultando em uma variação de 1,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Dada a metodologia da pesquisa, que mede a ocupação em termos de média móvel trimestral, mostrando alguma defasagem em relação à PME, não há boas perspectivas para o crescimento ocupacional medido pela PED em novembro.

Voltando aos dados da PME, e desagregando a ocupação por setor de atividade (descrito na Tabela 2.1), o crescimento trimestral do emprego na indústria de transformação, ante

TABELA 2.1
PME/IBGE: VARIAÇÃO NA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
 [em %]

Período	Indústria		Construção civil		Comércio		Serviços a empresas		Administração pública		Serviços domésticos		Total	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2004	-1,4	1,2	3,3	0,9	-1,0	0,7	-2,1	3,6	-2,9	1,5	0,5	4,5	-1,2	1,8
2º trim. 2004	3,0	2,5	-4,5	-3,1	0,3	3,3	4,2	4,8	3,6	4,2	3,7	3,8	1,7	3,1
3º trim. 2004	2,9	5,6	-1,0	-2,9	0,1	2,8	2,6	5,4	1,9	4,6	3,8	8,0	2,1	4,3
Out./2004	1,0	6,7	6,6	6,0	-1,6	1,4	1,0	5,9	-1,5	-0,6	-0,4	11,9	0,1	4,5
1º trim. 2005	-1,4	5,5	-2,3	-0,6	0,7	2,1	-1,2	7,7	0,4	2,7	-1,4	9,0	-1,1	4,0
2º trim. 2005	0,5	2,9	0,8	4,8	0,0	1,8	-1,4	1,9	4,4	3,5	5,7	11,0	1,3	3,6
3º trim. 2005	1,5	1,6	-2,4	3,4	-0,2	1,4	5,2	4,5	-0,9	0,7	1,3	8,3	0,9	2,3
Out./2005	0,6	1,3	0,3	0,3	1,3	4,1	-0,3	4,9	0,7	4,3	-3,0	1,9	0,1	2,1

mesmo período do ano anterior, perdeu o dinamismo que vinha mostrando, saindo de uma variação de 5,6% anual no terceiro trimestre de 2004 para 1,6% no terceiro trimestre de 2005. Esse quadro de arrefecimento permanece também no início do quarto trimestre, quando são comparados os meses de outubro dos anos de 2005 e 2004.

A última Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), também do IBGE, referente a setembro, com uma cobertura regional mais ampla que a da PME, demonstra igual perda de fôlego no crescimento anual da ocupação do setor industrial: mesmo o crescimento mensal de 0,6% não foi suficiente para quebrar a tendência de arrefecimento quase contínuo da variação anual em todos os meses de 2005. Com isso, o crescimento da ocupação em 12 meses foi o menor desde fevereiro de 2004. Os setores industriais que mais estão sentindo o menor dinamismo do mercado de trabalho são calçados e couro e madeira, que registram queda anual de 15,7% e 15%, respectivamente.

Continuando a análise da ocupação por setor de atividade, segundo a PME, a construção civil, após registrar a maior queda na ocupação entre os setores no terceiro trimestre ante o período anterior (-2,4%), iniciou o último trimestre do ano também de forma apática, permanecendo responsável pela menor variação positiva da ocupação dentre os demais setores de atividade. O crescimento de 64,5 mil ocupações nos meses de agosto e outubro não foi o bastante para reverter por completo o alto número de demissões líquidas ocorridas em junho (64,6 mil).

Administração pública também mostrou sensível piora no crescimento da ocupação no terceiro trimestre (-0,9%), ante o período anterior. Porém, o crescimento de empregos em outubro, de 0,7%, já foi o suficiente para elevar a variação anual do emprego, de 2%, em setembro, para 4,3%.

Outro setor que merece especial atenção é o de serviços domésticos, o qual vinha apresentando forte crescimento na comparação com os mesmos meses do ano anterior, sendo o único setor que crescia com taxas de dois dígitos e, em aceleração, por quatro meses consecutivos até julho. Todavia, o menor dinamismo do mercado de trabalho afetou muito esse

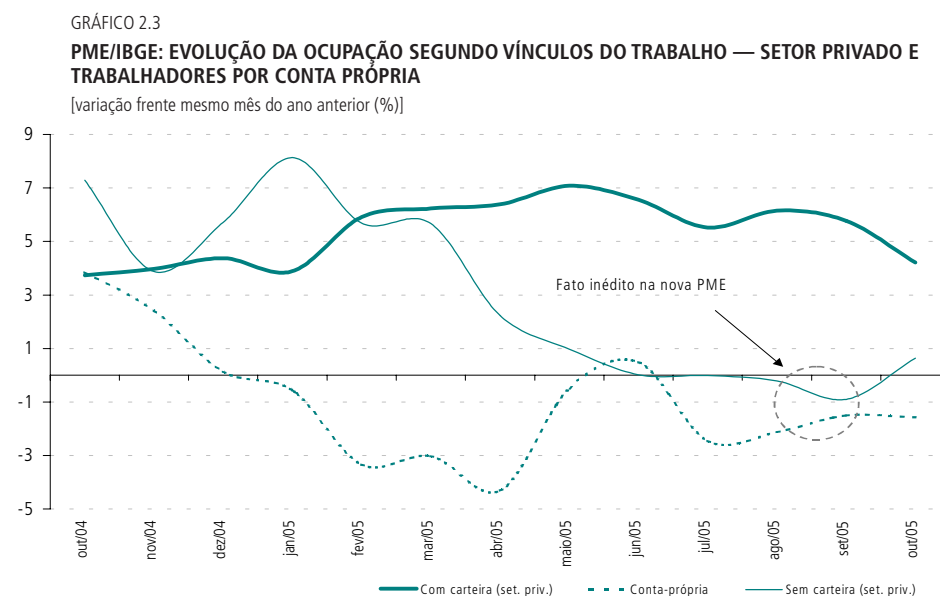
setor, que passou a apresentar significativa desaceleração do crescimento anual da ocupação, chegando a 1,9% em outubro, em comparação com o mesmo mês de 2004.

O setor de comércio, que teve, no terceiro trimestre, uma queda na ocupação de 0,2% ante o trimestre imediatamente anterior, passou a mostrar alguma recuperação no volume de criação de vagas em outubro. Com isso, foi possível reverter significativamente a desaceleração da variação perante o mesmo período do ano anterior — o crescimento anual passou de 1,1% em setembro para 4,1% no mês seguinte. Já o setor de serviços, após apresentar queda de 1,4% no segundo trimestre, ante o período anterior, passou a crescer fortemente no trimestre seguinte (5,2%), perdendo, entretanto, fôlego em outubro: a queda mensal de 0,3% reduziu a variação anual para 4,3%. Mesmo assim, esse setor ainda apresenta uma elevação acima do total da ocupação, que é de 2,1%.

Desagregando-se a ocupação segundo a natureza do vínculo empregatício, conforme Gráfico 2.3, o crescimento do diferencial entre a variação dos empregos com e sem carteira do setor privado atingido no terceiro trimestre não teve continuidade em outubro. Mesmo assim, a criação de empregos com carteira assinada continua crescendo em taxas anuais superiores à variação do emprego sem carteira. Este último passou da estabilidade por dois meses consecutivos (junho e julho) para quedas de -0,2% em agosto e de -0,9% em setembro, voltando, porém, a mostrar elevação em outubro (0,6%).

Mesmo assim é importante registrar que esse contingente nunca tinha demonstrado queda anual da ocupação na nova pesquisa da PME. O movimento distinto no crescimento anual desses dois contingentes elevou a participação¹ do emprego formal no setor privado para 40,1% em outubro de 2005, ante 39,3% no mesmo mês do ano anterior.

Por outro lado, quando se incorporam na análise o setor público e também os trabalhadores por conta própria, contingente este que mais cresceu no terceiro trimestre em números absolutos (Tabela 2.2), o grau de formalidade² do mercado de trabalho sofre uma redução



1. Conceitua-se aqui como participação do emprego formal no setor privado, a relação entre o número de empregos com carteira assinada e a soma dos empregos com e sem carteira nesse setor.

2. Grau de formalidade do mercado de trabalho é usado aqui como a soma dos trabalhadores com carteira assinada. Militares e Regime Jurídico Único (RJU) (estatutários), dividida pelo total da ocupação.

TABELA 2.2
PME/IBGE: VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO
 [em mil]

Período	Com carteira	Sem carteira	RJU	Conta-própria	Total ^a
1º trim. 2004	-48	-192	-45	42	-302
2º trim. 2004	141	226	52	-155	370
3º trim. 2004	111	130	51	196	438
Out./2004	57	-1	32	-14	41
Acumulado jan.-out./2004	261	163	90	68	547
1º trim. 2005	126	-258	6	-84	-205
2º trim. 2005	181	127	-23	-17	274
3º trim. 2005	61	17	44	117	247
Out./2005	-64	36	52	-17	9
Acumulado jan.-set./2005	304	-79	78	0	325

^a Nível de ocupação total incluindo trabalhadores não-remunerados e empregadores.

de meio ponto percentual (p.p.), recuando para 52,2%, em outubro, como mostra o Gráfico 2.4, após ter atingido em maio o maior patamar do ano (52,7%).

Ao analisar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), percebe-se, também, a existência de diminuição do ritmo de criação de empregos formais no acumulado em 12 meses (Gráfico 2.5): de 1,54 milhão em janeiro deste ano para 1,25 milhão em outubro. Os dados no acumulado de janeiro a outubro de 2005 (1,53 milhões), apontam, também, geração de empregos em menor escala que a ocorrida no mesmo período de 2004 (1,8 milhão).

Depois de uma evolução muito similar tanto do segundo trimestre de 2005 quanto de 2004, os terceiros trimestres desses dois anos tiveram evoluções bem diferentes na criação de empregos formalizados. Enquanto que no terceiro trimestre de 2005 houve criação de

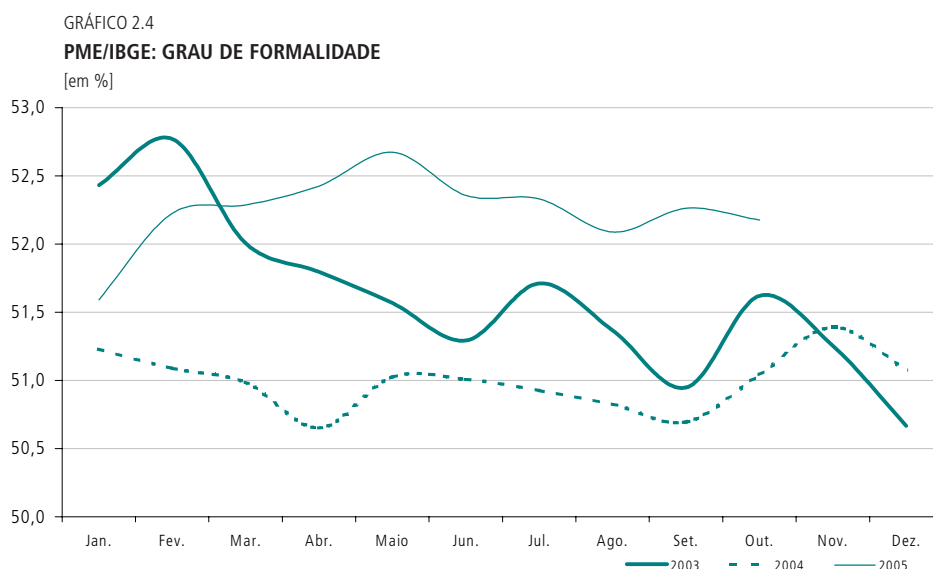
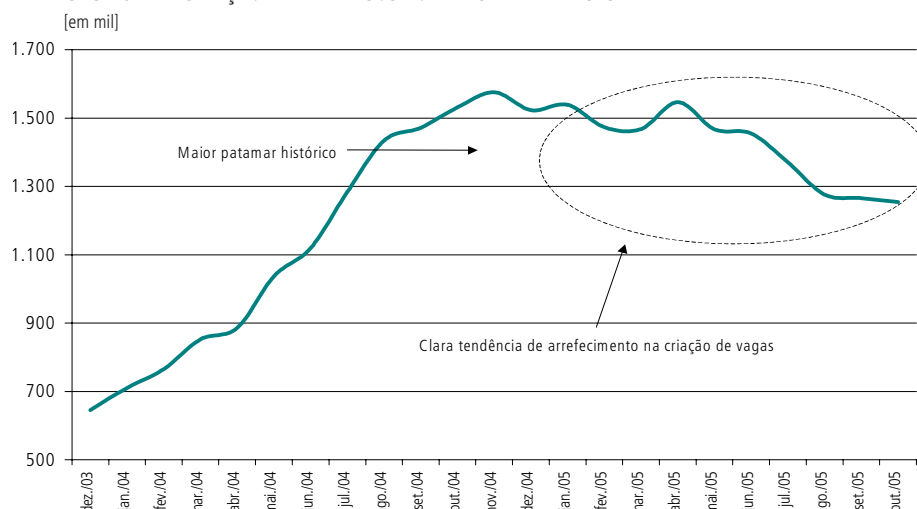


GRÁFICO 2.5

CAGED/MTE: CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM 12 MESES

442 mil vagas, no mesmo período de 2004 o número de novos postos de trabalho superou a marca de 631 mil. O mês de outubro mantém a mesma trajetória de arrefecimento de novos empregos (118 mil) na comparação com o mesmo mês de 2004 (130 mil).

Os dados do Caged, mais uma vez, corroboram os dados da PME, mostrando o mesmo padrão de arrefecimento na criação de novos empregos, confirmando a expectativa de um total de novas vagas abaixo do registrado em 2004.

Analisando-se a evolução da contratação medida pela PME nos diferentes níveis de escolaridade, acentua-se a tendência de maior absorção, pelo mercado de trabalho, das pessoas com mais anos de estudo. Essa população, na comparação com os respectivos acumulados dos anos 2003, 2004 e 2005, é a que mais tem êxito na procura por uma vaga de trabalho. Conforme descrito na Tabela 2.3, o percentual desse contingente no total da variação da ocupação foi de 56,9%, no acumulado de janeiro a outubro de 2003, passando para 101,9%³ no mesmo período de 2004 e para 145,9% em 2005. O inverso ocorre com os contingentes de pessoas com menor grau de escolaridade, como as sem instrução e com até um ano de estudo, as quais vêm perdendo um número de vagas, em termos líquidos, cada vez maior com o passar dos anos.

TABELA 2.3

PME/IBGE: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Período	Variação	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais	Total ^a
Acumulado jan.-out./2003	Absoluta	5	-21	106	78	409	577
	Participação % no total	0,9	-3,6	18,4	13,5	70,9	100
Acumulado jan.-out./2004	Absoluta	-8	-54	-55	107	542	532
	Participação % no total	-1,5	-10,2	-10,3	20,1	101,9	100
Acumulado jan.-out./2005	Absoluta	-43	-61	-49	13	445	305
	Participação % no total	-14,1	-20,0	-16,1	4,3	145,9	100

^a Diferença no total da variação da ocupação se dá porque nem todos os entrevistados informam seu nível de escolaridade.

3. O percentual acima de 100%, nesse caso, é possível porque os contingentes até 7 anos de estudo registraram perda líquida de postos de trabalho.

DESEMPREGO

A taxa de desemprego permanece em patamar de um dígito e praticamente estável desde junho (Gráfico 2.6). O bom desempenho desse indicador não pode ser creditado exclusivamente ao crescimento da ocupação, que, como foi dito anteriormente, vem sofrendo significativa desaceleração de sua variação em 12 meses. O fator de maior influência no comportamento da taxa de desemprego tem sido, nesses meses, a taxa de participação, ilustrada no Gráfico 2.7. A população economicamente ativa (PEA), inclusive, sofreu forte recuo (de 181 mil pessoas) em junho, mantendo um baixo crescimento desde então, com exceção de setembro, quando houve uma entrada de 250 mil pessoas nesse contingente. Analisando-se a evolução da PEA no acumulado de 2005 (aumento de 351 mil pessoas), percebe-se como o mercado de trabalho estava mais aquecido no mesmo período do ano anterior (520 mil pessoas a mais). Em relação aos últimos dois meses do quarto trimestre de 2005, se espera a sazonal queda da taxa de participação auxiliando na redução da taxa de desemprego.

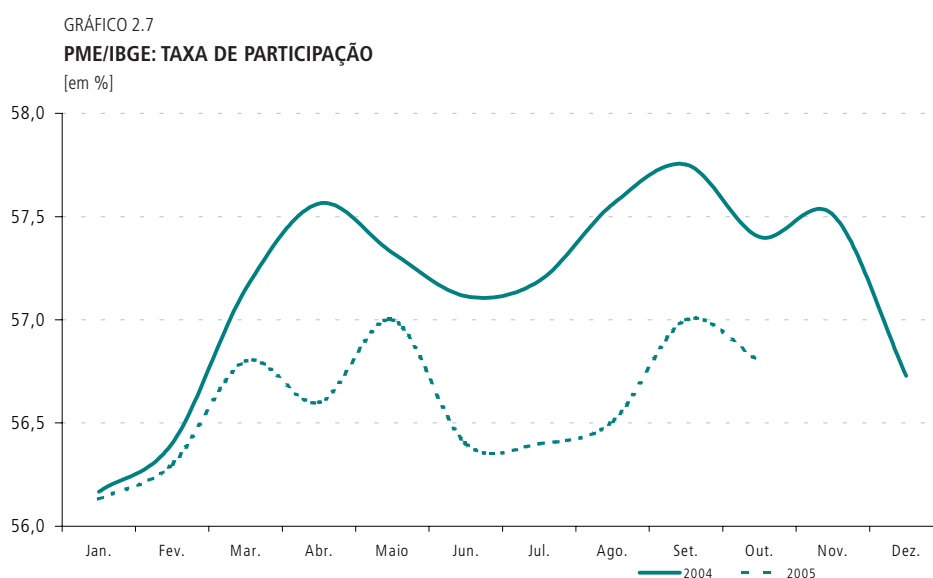
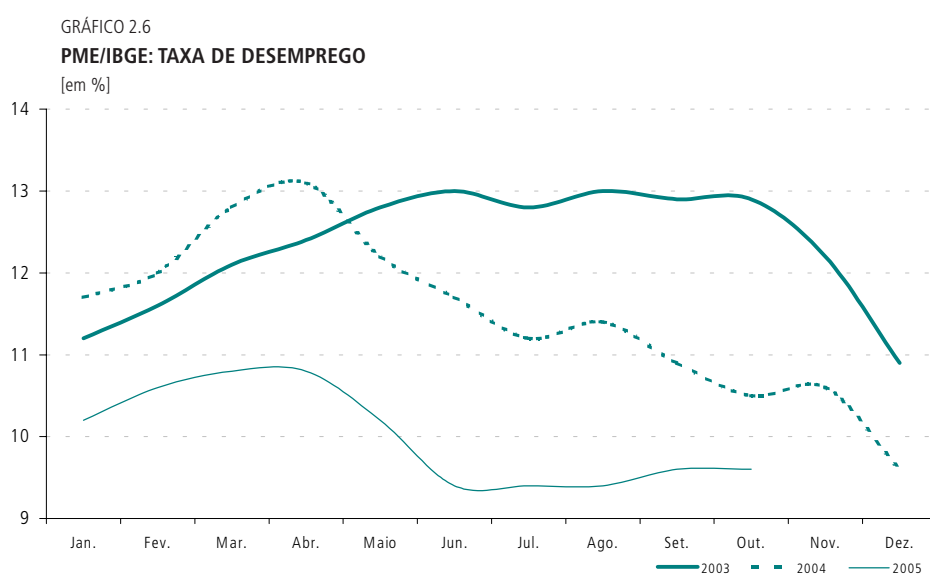


TABELA 2.4
PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS — VARIAÇÃO FRENTE MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR
 [em %]

Período	PIA	PEA	Ocupados				
			Total	Empregados do setor público	Empregados do setor privado		Conta-própria
					Com carteira	Sem carteira	
Jun./2004	2,3	2,0	3,4	1,5	3,4	8,8	2,1
Jul./2004	2,3	2,6	4,5	5,9	2,6	9,8	3,9
Ago./2004	1,9	2,0	3,9	7,7	1,7	5,1	4,4
Set./2004	2,0	1,3	3,7	2,6	3,2	4,1	3,4
Out./2004	2,0	1,5	4,3	1,0	3,7	7,3	3,9
Nov./2004	2,3	1,8	3,5	0,6	4,0	3,9	2,4
Dez./2004	2,1	1,9	3,4	0,3	4,4	5,7	0,1
Jan./2005	2,4	2,4	4,1	3,7	3,9	8,1	-0,6
Fev./2005	2,3	2,1	3,7	3,2	5,9	5,7	-3,3
Mar./2005	2,3	1,7	3,9	5,1	6,2	5,7	-3,0
Abr./2005	2,3	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	-4,3
Mai./2005	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	-0,5
Jun./2005	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
Jul./2005	1,8	0,3	2,3	-0,8	5,5	0,0	-2,5
Ago./2005	2,0	0,2	2,4	-0,5	6,2	-0,2	-2,1
Set./2005	2,2	0,8	2,3	2,1	5,8	-0,9	-1,5
Out./2005	2,1	1,1	2,1	4,4	4,2	0,6	-1,6

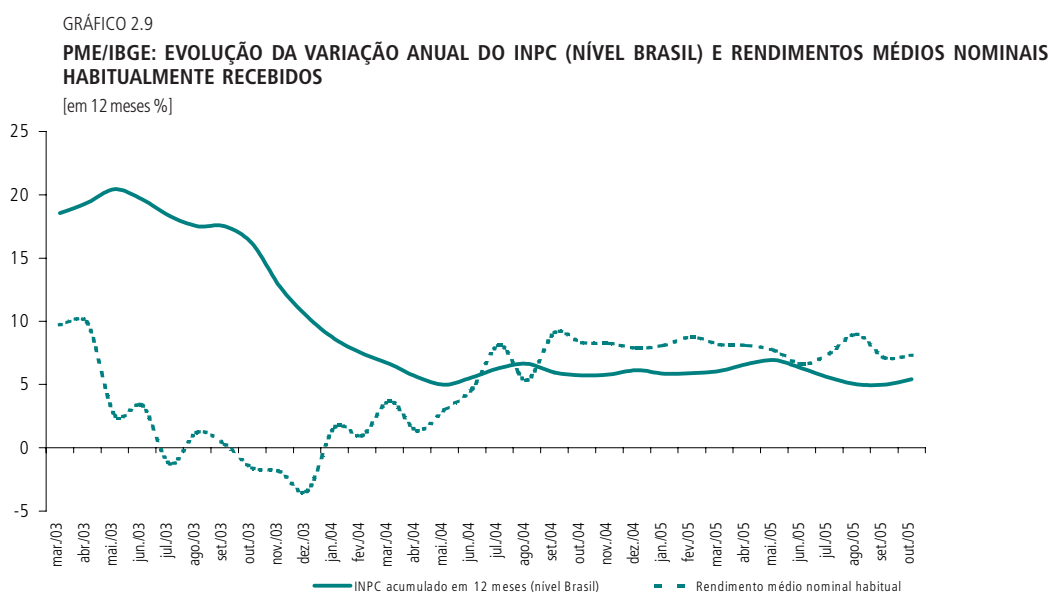
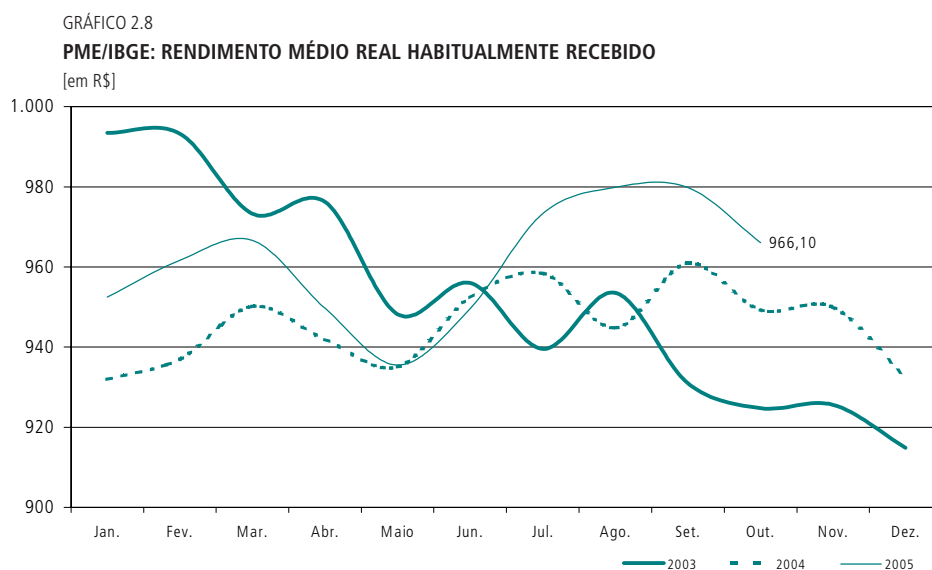
Com o crescimento da PEA em setembro, e a criação de 175 mil vagas no mês, gerou-se um aumento de 75 mil pessoas desempregadas nesse período, pressionando a taxa de desemprego em 0,2 p.p., fazendo-a ir para 9,6%. Essa elevação da taxa de desocupação em setembro simultaneamente à criação de novas vagas não necessariamente reflete uma piora no mercado de trabalho, e pode até mesmo ser uma indicação de perspectivas de melhoria na medida em que atrai pessoas que, por desalento, haviam deixado de buscar trabalho. Entretanto, outubro mostrou, como mencionado, uma grande apatia em relação à evolução positiva dos indicadores agregados do mercado de trabalho, sobretudo na PEA e a ocupação que cresceram, respectivamente, em apenas 3 mil e 10 mil pessoas.

RENDA DO TRABALHO

A evolução favorável da inflação fez com que os rendimentos médios reais habitualmente recebidos registrassem a maior recuperação em três meses — de maio a agosto — já ocorrida na nova PME. Depois de a variação anual do rendimento médio real ter deixado de ser negativa em junho (-0,3%), esse indicador voltou a mostrar crescimento, atingindo, em agosto, uma alta de 3,7%, sendo este o maior crescimento anual registrado na série histórica da nova PME.

Após esse inédito crescimento, em setembro e outubro os rendimentos médios reais passaram a perder valor (Gráfico 2.8), chegando a R\$ 966,10 (menor patamar desde junho). Tal perda de ímpeto de certa forma esfria, embora não descarte, as perspectivas de um crescimento mais acentuado dos rendimentos reais nos próximos meses, sendo importante lembrar que esse indicador ainda não conseguiu se recuperar totalmente da deterioração ocorrida em 2003, provocada tanto pelo fraco desempenho da economia, como pelos níveis elevados de inflação que então prevaleciam, como o Gráfico 2.9 revela claramente.

Uma hipótese para explicar a dificuldade que existe para se ter um crescimento mais consistente dos rendimentos reais é a maior competitividade do mercado de trabalho, que acaba diminuindo o salário de reserva⁴ dos trabalhadores, ou seja, o poder de barganha dos mesmos. Isso vem ocorrendo de maneira cada vez mais clara, dado que o aumento da ocupação tem beneficiado de maneira crescente as pessoas com 11 ou mais anos de estudo (Tabela 2.3),



4. Valor mínimo pelo qual um indivíduo se dispõe a trabalhar.

como já mencionado aqui. Embora o pessoal mais qualificado⁵ esteja ocupando uma proporção maior das novas vagas — o que, em tese, deveria puxar a média de rendimentos para cima —, os novos entrantes no contingente de ocupados acabam aceitando um salário abaixo do que recebiam anteriormente para serem absorvidos pelo mercado de trabalho e a média de rendimentos não se eleva de maneira sensível.

Em relação à evolução dos rendimentos reais pelos diferentes setores e posições na ocupação (Tabela 2.5), permanece o desempenho diferenciado entre eles. O contingente de trabalhadores por conta própria, que vinha se beneficiando com o maior ganho real em seus rendimentos (6,7%), não mais se mantém na mesma posição de “vantagem”, pois em outubro houve uma queda de 0,5% que reduziu sua variação anual para 3,8%.

Os trabalhadores sem carteira assinada, por sua vez, foram os que mais tiveram ganho real em seus rendimentos em outubro (3,8%), elevando de forma expressiva a variação anual (7,3%) desse indicador, de tal maneira que esse contingente passou a ser o que teve o maior crescimento dentre todos.

TABELA 2.5
PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO SETOR E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
— VARIAÇÃO FRENTE MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR
 [em %]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor público	Setor privado		Conta-própria
			Com carteira	Sem carteira	
Jun./2004	-0,4	-2,9	1,1	4,0	-2,5
Jul./2004	2,0	-1,2	2,9	1,1	-2,3
Ago./2004	-0,9	-1,8	-0,9	-2,9	-0,2
Set./2004	3,2	1,2	2,1	0,0	0,0
Out./2004	2,6	0,5	1,6	-1,5	6,4
Nov./2004	2,6	0,2	0,2	4,4	3,9
Dez./2004	1,9	2,5	0,1	4,9	0,7
Jan./2005	2,2	4,1	-1,3	9,6	-1,1
Fev./2005	2,6	7,1	-1,4	8,0	1,6
Mar./2005	1,7	3,2	-1,2	5,8	-3,1
Abr./2005	0,8	4,5	-2,6	4,0	-2,9
Maió/2005	0,0	2,6	-1,7	-2,6	-4,2
Jun./2005	-0,3	3,3	-2,0	0,0	-0,9
Jul./2005	1,6	4,3	-1,0	3,8	0,7
Ago./2005	3,7	5,6	1,9	5,4	4,2
Set./2005	2,0	2,3	0,3	1,3	6,7
Out./2005	1,8	1,3	-1,0	7,3	3,8

5. O termo qualificação é usado aqui como o número de anos de estudos que um indivíduo possui. Assim quanto mais tempo este permanecer na escola, mais qualificação, em termos de escolaridade, ele terá.

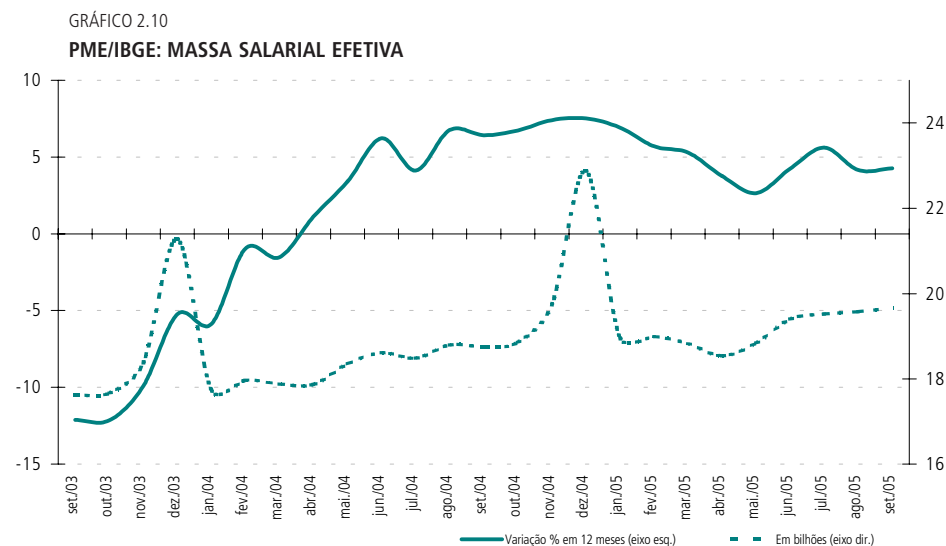
O setor público, por outro lado, não tem mostrado uma evolução nos mesmos moldes da registrada no contingente de trabalhadores sem carteira, pois outubro foi o terceiro mês consecutivo de desaceleração do crescimento dos rendimentos médios reais, atingindo 1,3%.

Com desempenho negativo dos rendimentos médios reais ao longo de quase todos os meses de 2005, os trabalhadores com carteira assinada do setor privado só não passaram por queda anual nos rendimentos reais em agosto e setembro. Contudo, em outubro esse indicador voltou a apresentar taxas negativas de variação. A existência de um crescimento maior na ocupação dos trabalhadores com carteira, na comparação com os sem carteira e conta própria, pode ajudar a revelar o porquê da queda dos rendimentos reais.

Pode estar havendo uma migração de pessoas que estavam trabalhando em ocupações sem carteira, ou por conta própria, para o contingente de trabalhadores com carteira. Na passagem dos contingentes informais para o formal, esses trabalhadores podem estar aceitando salários inferiores aos prevalentes, em função dos benefícios (como férias remuneradas, aviso prévio etc.) e maior segurança propiciados pelo emprego com carteira, puxando, assim, a média dos rendimentos reais desse contingente para baixo.

O Gráfico 2.10 traz a evolução da massa salarial efetiva,⁶ a qual seguiu o mesmo curso de arrefecimento do crescimento dos rendimentos reais. Após ter alcançado variação anual de 5,6% em julho, ela também voltou a perder força, caindo para 4,2% em agosto, dado o baixo crescimento ocorrido em sua evolução mensal (de apenas 0,3%). Entretanto, deve-se perceber que o crescimento da massa salarial está levemente acima da variação do mesmo mês do ano anterior (4,1%).

Espera-se ainda que esse indicador possa mostrar alguma aceleração de crescimento anual até o final de 2005, como ocorreu em 2004, mesmo que não seja possível atingir a alta de 7,5%, verificada em dezembro do ano passado — a maior variação já registrada na nova PME.



6. A massa salarial efetiva é calculada aqui como o produto dos rendimentos médios reais efetivamente recebidos pelo número total da ocupação. Em função de utilizar os rendimentos efetivos, que apresentam uma defasagem de um mês, em relação ao mês da coleta, seu cálculo também está sempre defasado de um mês.

PERSPECTIVAS

A evolução do mercado de trabalho no segundo semestre, até outubro, mostrou algumas características distintas das presentes no semestre anterior (sobretudo no segundo trimestre), em decorrência, principalmente, do esfriamento verificado na velocidade das contratações e no crescimento da PEA em 12 meses — com exceção do mês de setembro — e, também, da falta de ímpeto para a continuidade de uma evolução mais positiva dos rendimentos médios reais.

Mesmo que os empregos criados estejam sendo de maior qualidade, dado o forte crescimento de empregos com carteira, implicando aumento do grau de formalidade do setor privado, a evolução recente do mercado de trabalho configura um quadro de acomodação e o ano de 2005 caminha para fechar com número de novos empregos inferior ao de 2004, ainda que haja maior oferta de novas vagas nos últimos dois meses do quarto trimestre do que na média dos três trimestres anteriores.

No que diz respeito à taxa de desemprego, seu patamar no final do ano deverá estar abaixo do verificado em dezembro de 2004, levando em conta que ela já se encontra hoje nesse mesmo nível, considerando ainda a contribuição que deverá vir do aumento sazonal do nível de ocupação, aliado a uma provável redução (igualmente sazonal) da taxa de participação.

Deve-se ter em mente, todavia, que somente quando os resultados referentes aos rendimentos reais e grau de informalidade das relações do trabalho (consideradas todas as formas de inserção ocupacional) também estiverem em franco progresso, é que se poderá avaliar como mais positivo o desempenho do mercado de trabalho.